



Políticas Públicas para o currículo: as incertezas quanto ao ensino de Geografia na educação básica a partir da BNCC

Odiones de Fátima Borba

UniEVANGÉLICA– Anápolis/GO

Professora Titular

odiones@unievangelica.edu.br

Kamila Santos de Paula Rabelo

UniEVANGÉLICA– Anápolis/GO

Professora Adjunta

kamila.rabelo@unievangelica.edu.br

Mirley Rocha Almeida

Universidade Estadual de Goiás

Mestrado Interdisciplinar em Educação,
Linguagem e Tecnologias (em andamento)

mirley.rocha@hotmail.com

Resumo: O objetivo desse texto é apresentar uma breve discussão sobre currículo, enquanto concepção teórica, e verificar os processos que estão em andamento pela Secretaria Municipal de Educação de Anápolis quanto à BNCC identificando os possíveis impactos da BNCC para o ensino de Geografia na educação básica. A pesquisa é de abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A análise permitiu identificar que o currículo adotado, até o momento, contempla os conhecimentos geográficos desde o primeiro ano do ensino fundamental de forma interdisciplinar articulados por temáticas transversais. O processo de implementação da BNCC está em fase inicial de discussão para reformulação curricular da rede municipal de ensino. Cabe à comunidade acadêmica, especialmente da nossa instituição, acompanhar e contribuir com este debate a fim de orientar para importância do ensino de Geografia na Educação básica.

Palavras-chave: Currículo. Ensino de Geografia. BNCC.

INTRODUÇÃO

A construção e implementação de um currículo envolve a gestão pública, a gestão escolar e a comunidade como um todo. O Currículo vivido se efetiva pela ação dos diversos agentes envolvidos direta ou indiretamente com a vida escolar. Para além da comunidade escolar, entendemos que currículo é o representativo de um projeto de escola e de sociedade.

Quando pensamos em currículo, uma série de questões emerge: O que ensinar? Por que ensinar? Para quem? O que as crianças e jovens devem ser? O que as crianças e jovens devem se tornar? Quem possui o melhor acesso às formas legítimas de conhecimento? Como se constrói a cultura escolar e a cultura social? Que fatores orientam a definição dos saberes a serem ensinados? Como os conteúdos podem ser inter-relacionados? Com quais recursos e materiais metodológicos se processa o ensino na escola? O que condiciona a modificação da prática escolar?

O currículo contém uma seleção e organização de saberes, compreendendo aprendizagens planejadas. No entanto, o currículo não se resume a um plano formal de atividades, experiências de ensino e de aprendizagem. Na prática escolar, o currículo vivido e o currículo oculto representam as particularidades culturais, a visão de mundo e o contexto próprio de cada realidade. Compreender os elementos objetivos e subjetivos do currículo nos permite entender aspectos fundamentais da cultura escolar.

Na educação básica, o currículo é composto de estudos de Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física e no caso do município de Anápolis, inclui o Ensino Religioso. O ensino de Geografia é aqui defendido enquanto saber fundamental para a compreensão do espaço geográfico, a sedimentação da identidade espacial e a formação de escolares que sejam agentes na construção de uma sociedade mais justa.

O município de Anápolis adota uma estrutura curricular orientada pelo Parâmetro Curricular Nacional (PCN), organizado em uma sequência de conteúdos que são trabalhados de acordo com temas transversais, definidos para cada mês e disciplinas. Essa proposta permite o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, especialmente no campo da Geografia.

Os documentos que norteiam o ensino, na rede municipal de Anápolis são: o Plano Municipal de Educação, o Guia de Orientação da Secretaria e a matriz de referência dos conteúdos.

O ensino de Geografia, nessa proposta curricular, integra estudos da cidade, da região e do país, que permitem a compreensão do espaço, da paisagem, do lugar e do território, a partir da interação homem natureza.

O desafio que se coloca no momento é a transição da estrutura curricular baseada no PCN para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse sentido, o objetivo desse texto é apresentar uma breve discussão sobre currículo, enquanto concepção teórica, e verificar os processos que estão em andamento pela Secretaria Municipal de Educação de Anápolis quanto à BNCC. A pesquisa é de abordagem qualitativa, com os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A BNCC tem um prazo para ser implementada até 2020. O governo federal já publicou diversos documentos orientadores para a nova Base curricular. Nosso objetivo é acompanhar o processo de transição da estrutura curricular municipal e contribuir com

as discussões teóricas pertinentes ao tema. A perspectiva é continuar com os estudos de forma a compreender melhor o processo de aplicação da BNCC, investigando os procedimentos a serem adotados para transição para a nova base curricular do município. E na continuidade, procuraremos identificar os possíveis impactos da BNCC para o ensino de Geografia na educação básica das escolas municipais de Anápolis.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi qualitativa. Conforme González Rey (1998, p. 42):

A investigação qualitativa que defendemos substitui a resposta pela construção, a verificação pela elaboração e a neutralidade pela participação. O investigador entra no campo com o que lhe interessa investigar, no qual não supõe o encerramento no desenho metodológico de somente aquelas informações diretamente relacionadas com o problema explícito a priori no projeto, pois a investigação implica a emergência do novo nas ideias do investigador, processo em que há o marco teórico e a realidade se integram e se contradizem de formas diversas no curso da produção teórica.

Nessa natureza de pesquisa, a relação entre investigador e sujeito investigado é enxergada como uma relação complexa, tendo em vista que ambos são munidos de experiências discursivas e individuais que influenciam e se imbricam no processo da pesquisa.

O “objeto” na pesquisa qualitativa é visto como interativo, e sempre adota uma posição face ao que lhe é colocado. Na pesquisa qualitativa, o investigador valoriza o processo e não somente o produto (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Sendo assim, a pesquisa busca uma compreensão da realidade, a partir dos pontos de vista dos investigados. De acordo com Gil (1999), para confrontar a visão teórica do problema com os dados da realidade, é preciso fazer um delineamento da pesquisa, ou seja, considerar o ambiente em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis envolvidas. O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram análise bibliográfica referente à temática do currículo e ensino de Geografia. Estudamos também os textos orientadores da BNCC, disponibilizados pelo MEC e textos críticos publicados por intelectuais brasileiros. Para melhor apresentar a estrutura curricular do município de Anápolis, analisamos os documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação de Anápolis. Realizamos entrevista com a ex-secretária municipal de educação, que coordenou o currículo vigente. Quanto ao processo de transição para a BNCC, entramos em contato com a Diretoria de Educação, representantes do Conselho Municipal de Educação e com o coordenador do Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Anápolis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com estudos na área da educação, currículo é tudo aquilo que uma sociedade considera necessário que os alunos aprendam ao longo de sua escolaridade. Muito se tem debatido sobre as diferentes maneiras de se organizar o currículo escolar. O currículo é um campo permeado de ideologia, cultura e relações de poder. Segundo Silva (1996, p. 23)

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

Enquanto campo de poder, o Estado tem o papel regulador e orientador das práticas curriculares no país. A instituição de um currículo nacional está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), no Plano Nacional de Educação e em outros documentos normativos da educação Brasileira. Uma orientação curricular nacional responde à necessidade de uma definição de aprendizagens essenciais que possam ser comuns a todo território nacional, sem desconsiderar as particularidades regionais.

As políticas públicas estão estritamente ligadas à elaboração de currículo educacional, pois são elas que implementam, regem e são responsáveis por acompanhar e avaliar a efetivação do currículo, conforme o previsto na política pública que o regulamenta. No Brasil, a maior e mais importante lei para a área educacional, abaixo da constituição de 1988 sob a qual também está sujeita, é a LDB – Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, que define e regula o sistema de educação brasileiro. Apesar de esta legislação ampliar o conceito de educação, passando ele a abranger também processos formativos que se desenvolvem na família, no trabalho, na convivência humana, nos movimentos sociais, nas diversas manifestações culturais, dentre outros, esta lei se propõe a regularizar a educação escolar a qual acontece predominantemente em instituições próprias de ensino.

A LDB está alicerçada em quatro eixos: descentralização da gestão educacional; democratização e flexibilização do sistema nacional de educação; garantia de elementos necessários para oferecer uma educação de qualidade; e desenvolvimento de um robusto sistema de educação. No âmbito federal destacamos a LDB (1996), o Parâmetro Curricular Nacional (PCN, 1997), o Referencial Curricular Nacional (RCN, 1998), a Diretriz Curricular Nacional (DCN, 2013), o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), e agora, o mais recente projeto curricular: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) constituem uma das políticas públicas orientadoras do currículo e que estabeleceu um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o país. O conjunto de propostas, nesse documento, corresponde à necessidade de um referencial capaz de organizar o sistema

educacional em nível nacional. Seu processo de elaboração durou alguns anos envolvendo fóruns, debates, muitas discussões com especialistas da educação, profissionais da educação, instituições de ensino superior e de pesquisa.

Os PCN's se constituem de documentos referenciais de qualidade para a educação básica brasileira estando direcionado para a segunda etapa do processo de escolarização, o ensino fundamental e se constituiu em um referencial para renovação e reelaboração das propostas curriculares em níveis Estadual e Municipal. Eles são compostos por 10 volumes, o primeiro é um documento que se intitula "Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais", o qual tem como finalidade apresentar as questões introdutórias de que tratam os Parâmetros. Esse documento situa o contexto histórico em que se deu seu processo de construção e elaboração, bem como também assinala para os avanços que estes representam no cenário educacional brasileiro no campo das políticas públicas. Outros seis volumes se referem às áreas de conhecimento, são elas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Artes e Educação Física que orientam e norteiam o processo de ensino-aprendizagem que deve ocorrer dentro de cada uma dessas áreas nos dois níveis de ensino. Por fim, os três últimos volumes propõem a integração de questões sociais como os Temas Transversais como parte de referenciais na elaboração dos currículos, eles se constituem de seis documentos, cada um direcionado à um tema, são eles: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação básica (2013) também são um importante documento para a educação. Elas estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras. Dentre as alterações propostas, nesse documento, está a ampliação de 8 para 9 anos do ensino fundamental e a obrigatoriedade do ensino gratuito dos 4 aos 17 anos de idade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é a mais recente política de Estado para a educação, homologada em 20 de dezembro de 2017. As discussões para elaboração da BNCC iniciaram em 2014, com a participação de diversos segmentos da sociedade civil organizada, a partir de discussões e consultas públicas. A BNCC orienta a organização dos currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. As duas primeiras versões, apresentadas ao Conselho Nacional de Educação, contemplavam também o ensino médio. No entanto, em virtude da Reforma do Ensino Médio, aprovada no primeiro semestre de 2017, esse item foi retirado na versão homologada.

A BNCC é um documento que determina os conhecimentos essenciais que todos os alunos da Educação Básica devem aprender, ano a ano, independentemente do lugar onde moram ou estudam. Todos os currículos de todas as redes públicas e particulares do país deverão conter esses conteúdos (BRASIL. MEC, 2017). Esse conjunto de aprendizagens essenciais busca direcionar para uma padronização de saberes a serem desenvolvidos nas escolas brasileiras.

A definição do currículo é da competência dos municípios, atendendo ao proposto na Base. Vale ressaltar que a BNCC não é currículo, ela é um documento normativo que orienta e norteia a elaboração dos currículos, na perspectiva de permitir a autonomia dos entes federativos.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais: 1. Conhecimento; 2. Pensamento científico, crítico e criativo; 3. Repertório Cultural; 4. Comunicação; 5. Cultura Digital; 6. Trabalho e projeto de vida; 7. Argumentação; 8. Autoconhecimento e autocuidado; 9. Empatia e cooperação; 10. Responsabilidade e cidadania. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL. MEC, 2018).

As políticas públicas educacionais precisam orientar o currículo, pois são elas que elaboram e normatizam o currículo formal. E isso se dá em todas as esferas de governos: federal, estadual e municipal.

A reformulação dos currículos das redes municipais demanda amplo estudo da Base, bem como da literatura pertinente à temática do currículo. Segundo Sacristán (1999, p. 61)

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

De certo modo, o currículo é a expressão da cultura da escola com a sua (re) criação e desenvolvimento. No caso de município de Anápolis, as políticas públicas que ordenam o currículo estão amparadas na legislação nacional, o que subsidiou a elaboração do Plano Municipal de Educação e as Matrizes Curriculares para serem implementadas na rede municipal de educação.

Para melhor entender o processo de construção das políticas de educação vigentes no município, foi realizada entrevista com a ex-secretária municipal de educação Anápolis que desempenhou essa função entre os anos de 2008 a 2016, durante duas gestões municipais. O propósito da entrevista era entender a concepção de currículo adotado em Anápolis e, conseqüentemente, como está orientado o ensino de Geografia.

Segundo as informações prestadas pela Ex-Secretária, o processo de implementação do currículo atual foi realizado por um grupo de gestores que trabalharam conjuntamente e estabeleceram, junto com a equipe assessora de cada área do saber da educação básica, um grupo de estudos específico sobre currículo.

Os referenciais disponibilizados pelo MEC para o currículo da educação básica foram os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação básica. Como o município tem sistema de ensino próprio, não recebe orientações da Secretaria Estadual de Educação. Em relação à capacitação dos gestores e professores para o uso do PCN para elaboração de uma proposta curricular, a entrevistada afirmou que houve formação específica oferecida pela Assessoria Pedagógica da Secretaria, destes para os coordenadores pedagógicos das escolas e destes para os professores das áreas específicas. Ela destacou o papel do coordenador pedagógico, como orientador/coordenador do processo que ocorreu no interior da unidade escolar.

Em relação à base teórico-conceitual que orienta o Currículo da Rede Municipal de Educação de Anápolis, a entrevistada destacou que é a concepção sociointeracionista.

A base teórico-conceitual adotada foi a sociointeracionista (sócio-histórica / sociocultural), seguindo os pressupostos de Lev S. Vygotsky. Até 2009, quando assumimos a Secretaria, havia uma grande confusão dessa concepção com o construtivismo piagetiano, devido principalmente aos estudos de Emília Ferreiro que embasavam a proposta de alfabetização adotada. Mas com os grupos de estudos foi sendo feito o refinamento da proposta, estando bem consolidada em 2016. (Informação Oral, 2018)

De acordo com ex-secretária de educação municipal, o processo de discussão da BNCC que ocorreu a partir de 2014, teve a participação efetiva, no que se refere as discussões, do grupo gestor e de professores da Rede Municipal de Anápolis.

De 2014 a 2016 fizemos estudos específicos sobre currículo, um grupo composto por assessores pedagógicos da Secretaria, professores do CEFOP e outros que se interessaram, acompanhados por professores da UEG com formação nessa área. Também acompanhamos e participamos de todo movimento para elaboração da BNCC. Observamos que houve uma mudança nas orientações inclusive do próprio MEC. As versões 3 e 4 da BNCC são bastante diferentes da que foi entregue ao CNE. (Informação Oral, 2018)

A proposta de educação da Secretaria Municipal de Educação visa contribuir para a formação integral de seus alunos e para o desenvolvimento de suas plenas capacidades (motoras, afetivas, sociais e cognitivas), bem como para sua formação enquanto cidadão participativo, consciente e atuante na sociedade. Propondo-se oferecer aos alunos a possibilidade de uma aprendizagem dinâmica, global e significativa, norteia sua ação educativa pela própria realidade do educando, partindo do princípio de que por meio de estímulos e desafios ele é capaz de agir sobre o meio, compreendendo a ação realizada e construindo, assim, seu próprio conhecimento. (ANÁPOLIS, GUIA DE ORIENTAÇÕES DA SEMED, 2010, p. 9/10).

Atualmente, os representantes do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação integram um grupo de estudos e trabalho para a reformulação do currículo do município para atender as diretrizes da BNCC. Anápolis será sede

de uma Regional que agregará representantes de secretarias municipais de educação de cidades próximas. As equipes receberão consultoria de profissionais que atuam junto ao Ministério da Educação e que acompanharão o processo de elaboração e implementação da BNCC. Nesse sentido, o esforço conjunto será das equipes gestoras da SME e dos gestores escolares, tanto na elaboração do currículo quanto na formação de coordenadores pedagógicos e professores.

A preocupação, nesse momento, é garantir que com a implementação da BNCC, a Geografia continuesendo encarada como importante componente curricular na Rede Municipal de Ensino, e que de fato atenda às necessidades da sociedade complexa e dos sujeitos que a compõem, de modo a contribuir para a emancipação social através do pensamento espacial, crítico e reflexivo.

O entendimento é que os conteúdos de Geografia a serem ministrados orientem para a construção da identidade espacial. A compreensão do espaço vivido, do bairro, da cidade, do município e da região integram os conhecimentos básicos para essa etapa do ensino. A ministração desses conteúdos precisa ter por diretriz, a formação para a cidadania, considerando que a criança tem uma ação espacial, portanto é preciso compreender os processos constitutivos desse espaço. Ensinar geografia significa possibilitar ao aluno raciocinar geograficamente o espaço terrestre em diferentes escalas, numa dimensão cultural, econômica, ambiental e social (CASTELLAR; VILHENA, 2010, p. 19).

Os conteúdos da Geografia, na Educação básica, devem ser analisados no contexto vivido pela criança, ou seja, na cidade onde ela mora, nos bairros onde tem relações familiares, nas cidades próximas. A eles são incorporados: a leitura cultural, a interpretação socioespacial, a análise da produção e da reprodução dos modos de vida e a compreensão ambiental com perspectivas à formação para a cidadania. Quando se compreende o espaço vivido, a identidade espacial se efetiva, os valores se solidificam, despertando o interesse pelo cuidado, pela preservação e para a luta pelo direito à cidade.

[...] o direito à vida urbana, transformada, renovada. [...] o urbano, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontra sua base morfológica, sua realização prático-sensível (LEFEBVRE, 1999, p. 116/7).

No campo da Geografia, na educação básica, é preciso considerar o espaço de vivência da criança, despertando um olhar geográfico por meio de um ensino dinâmico e interdisciplinar que possibilite a leitura e a interpretação da paisagem, a fim de adquirir ferramentas intelectuais decorrentes de uma alfabetização cartográfica que lhe propicie o domínio de tal linguagem.

Sendo a Geografia o estudo das transformações e das relações humanas, o seu ensino torna-se bastante amplo e perpassa fenômenos físicos, biológicos e humanos em sua integração. Assim, é de suma importância que os estudos e direcionamentos

ocorram de forma interdisciplinar, para que o estudante compreenda as interações sociais e seus impactos em um dado espaço geográfico.

A Terra vista pelo geólogo, por exemplo, é um planeta, um elemento essencialmente natural; mas, para a Geografia, o que é natural e o que é humano se fundem e se explicam. Nessa relação de interdependência é que ela se estrutura e apoia seu método de estudo essencial. (SEBALCH, 2010, p.35)

Analisando a proposta da BNCC, emerge a preocupação em garantir a especificidade do ensino de Geografia na Educação básica, por esse motivo é essencial que as possibilidades entre as disciplinas fiquem claras, estabelecendo a identidade Geográfica mesmo diante do ensino interdisciplinar. Para Fantin e Tauscheck (2005, p.100) “É preciso que o objeto seja significativo para o sujeito.”, isso pressupõe o estabelecimento de um vínculo entre o indivíduo e o objeto de estudo. As mesmas autoras ainda afirmam:

Porém, antes de nos entusiasmos com uma receita de atividade aparentemente interessante é preciso analisá-la, refletir sobre sua adequação à turma e à série, investigar todas as possibilidades que ela proporciona no que se refere aos objetivos de ensino a serem atingidos. (FANTIN; TAUSCHECK, 2005, p.100)

Os estudos geográficos estão incluídos dentro de uma grande diversidade, em territórios distintos, cercados de feitos humanos ou da ação do tempo. É necessário compreender, dentro desta complexidade, qual é o papel social do cidadão e as consequências das transformações socioculturais. Tais entendimentos partem da compreensão essencial dos conceitos de paisagem, território e lugar.

A mera compreensão destes conceitos não gera um aprendizado significativo por si só, sendo crucial interligar e interpretar estes juntamente com os problemas e contradições que ocorrem diariamente. Portanto, a escola é o local responsável por formar pesquisadores capazes de analisar conscientemente as notícias, os mapas, as transformações urbanas e as consequências delas na natureza.

Por ser uma ciência de paisagens e por despertar a visão interligada entre o homem e o mundo, a Geografia é um instrumento formidável para que possamos nos conhecer e nos compreender melhor, perceber toda a dimensão do espaço e do tempo, onde estamos e pra onde caminhamos, descobrir as populações e suas múltiplas relações com o ambiente. (SEBALCH, 2010, p.37)

A BNCC apresenta como competências específicas de Geografia para o ensino fundamental

1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.

2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.
7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Nesse sentido, é possível vislumbrar a permanência dos conteúdos geográficas no ensino fundamental, já que a competência para definir o currículo é da Secretaria Municipal de Educação. No entanto, há que se garantir a participação no processo de elaboração do currículo a fim de garantir que os saberes geográficos sejam incorporados no currículo de Anápolis a partir da adequação à BNCC. Com a participação no debate podemos intervir no processo de construção do currículo municipal. Entendemos que é papel da Universidade, especialmente dos cursos de formação de professores, participar dos debates e contribuir da melhor maneira possível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC, 2018. **Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC**, 2018, DISPONÍVEL EM: <http://movimentopelabase.org.br/wpcontent/uploads/2018/03/BNCC_Competencias_Progressao.pdf>.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília: MEC, SEB, CNE, 2017.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014

- CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella. Educação geográfica: formação é didática. In: MORAIS, Eliana Marta Barbosa de, MORAES, Loçandra Borges de. **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia**. Goiânia: Vieira, 2010.
- FANTIN, Maria Eneida. TAUSCHECK, Neusa Maria. **Metodologia do Ensino de Geografia**. Curitiba: Ibpe, 2005.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- GONZÁLEZ REY, F. Locualitativo y locuantitativoenlainvestigación de lapsicología social. In: **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 32-52, 1998.
- GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso**. São Paulo: EPU, 1986.
- LEFBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SELBACH, Simone et al. **Geografia e Didática**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.